



câmara municipal  
de matosinhos

DIRECÇÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PARTILHADOS  
DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

**CONVITE Nº 34/EAD/2024**

**EMPREITADA: “REPARAÇÃO DO MURO DE DELIMITAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL  
DE LEÇA DO BALIO”**

Exmos. Senhores,

O Município de Matosinhos vem por este meio convidar V. Exas a apresentar proposta para a empreitada referida em epígrafe, de acordo com o Caderno de Encargos que se anexa e observando as seguintes regras:

**1. Preço base**

O preço base deste procedimento é de **€ 17 954,36 (dezassete mil novecentos e cinquenta e quatro euros e trinta e seis cêntimos)** ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

**2. Local de Execução do Contrato**

O fornecimento tem lugar no Concelho de Matosinhos de acordo com as Condições Técnicas.

**3. Prazo de execução**

O prazo de execução da empreitada é de 45 (quarenta e cinco) dias.

**4. Proposta:**

4.1. A Proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) **Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** do referido Código, e que se anexa ao presente convite, que deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) **Declaração com indicação do preço contratual**, elaborada de acordo com o modelo **Anexo III** que se anexa ao presente convite;
- c) **Mapa de Quantidades**
- d) **Certidão comercial permanente ou documento equivalente** donde constem os poderes de representação conferidos pelo concorrente, incluindo procuração com observância das formalidades legais no caso de esta ter sido emitida;
- e) Nota justificativa do preço proposto;

**DIRECÇÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PARTILHADOS**  
**DEPARTAMENTO FINANCEIRO**  
**DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

**f)** Lista dos preços unitários e Mapa de Quantidades de Trabalho;

**g)** Plano de Trabalhos, incluindo:

Esquema em Diagrama do faseamento da obra;

Plano de Equipamentos;

Plano de mão-de-obra;

Cronograma financeiro.

Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra, indicando também a organização prevista para a execução dos trabalhos, bem como a descrição dos métodos construtivos a aplicar e os aspetos técnicos ou outros que sejam considerados essenciais à execução da empreitada. Nesta memória, o Concorrente especificará os aspetos técnicos que considere essenciais na sua proposta e cuja rejeição implicaria a sua ineficácia.

**4.2.** A proposta, bem como os documentos são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa. Porém, quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos sobre os respetivos originais. Serão considerados como inexistentes os documentos em língua estrangeira que não sejam acompanhados da respetiva tradução.

**4.3.** Não são admitidas propostas variantes.

**4.4.** A proposta não será objeto de negociação.

**4.5.** Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.

**4.6.** A proposta considerar-se-á válida e inalterada em todas as suas condições por um período de 66 (sessenta e seis) dias úteis contados desde a data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

**5. Prazo para apresentação da proposta**

A proposta será apresentada, até às **23:59** do **6º** dia a contar da data de envio do presente convite.

O concorrente será o único responsável pelos atrasos que porventura se verifiquem, não podendo apresentar qualquer reclamação na hipótese de a entrada dos documentos se verificar já depois de esgotado o prazo de entrega das propostas.

**6. Modo de apresentação da proposta**

A proposta e os documentos que a constituem devem ser apresentados em ficheiro no formato “PDF”, na Plataforma Eletrónica utilizada pela entidade adjudicante: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

**DIRECÇÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PARTILHADOS**  
**DEPARTAMENTO FINANCEIRO**  
**DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

O concorrente só poderá apresentar uma única proposta (proposta base), nos termos deste Convite e do Caderno de Encargos e nos moldes propostos no modelo anexo.

A proposta deverá ser assinada, pelo concorrente ou seu representante, com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do art.º 54º da Lei nº 96/2015, de 17/08.

No caso dos documentos não serem assinados pelo concorrente deverá ser entregue procuração do concorrente concedendo poderes para obrigar ou, no caso de ser assinada por gerente ou administrador, o documento comprovativo dos poderes que lhe foram conferidos para esse efeito.

**7. Esclarecimentos de dúvidas**

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelo interessado por escrito à entidade adjudicante, através da plataforma eletrónica de contratação pública.

Nos termos do artigo 116.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), quando o prazo para entrega das propostas for inferior a 9 (nove) dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo. A proposta e os documentos que a constituem devem ser apresentados em ficheiro no formato “PDF”, na Plataforma Eletrónica utilizada pela entidade adjudicante: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

O concorrente só poderá apresentar uma única proposta (proposta base), nos termos deste Convite e do Caderno de Encargos e nos moldes propostos no modelo anexo.

A proposta deverá ser assinada, pelo concorrente ou seu representante, com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do art.º 54º da Lei nº 96/2015, de 17/08.

No caso dos documentos não serem assinados pelo concorrente deverá ser entregue procuração do concorrente concedendo poderes para obrigar ou, no caso de ser assinada por gerente ou administrador, o documento comprovativo dos poderes que lhe foram conferidos para esse efeito.

**8. Exclusão da proposta**

A proposta é excluída nas seguintes situações:

- a) Apresentação fora da hora e data limite estipulada pela entidade adjudicante;
- b) Implique um preço contratual superior ao preço base fixado. Por preço contratual entende-se o preço da proposta apresentada;
- c) Implique um preço anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos do disposto no artigo 71º do CCP;

**DIRECÇÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PARTILHADOS**  
**DEPARTAMENTO FINANCEIRO**  
**DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

- d) Revele a existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;
- e) No caso de irregularidades formais relativas à não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da candidatura ou da proposta, incluindo a declaração do anexo I (referido na al. a) do ponto 4.1 do presente convite ao CCP, que não tenham sido supridas nos termos da al. a) do nº3 do artigo 72º do CCP.;
- f) Não seja constituída com os demais documentos exigidos no ponto **4.1.** do presente convite.
- g) No caso de irregularidades formais relativas à falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a candidatura ou a proposta que não tenham sido supridas nos termos da al. c) do nº3 do artigo 72º do CCP.

**9. Documentos de habilitação**

**9.1.** O adjudicatário deverá proceder à entrega, via plataforma eletrónica acinGov, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis** a contar da notificação de adjudicação, dos seguintes documentos de habilitação:

- a)** Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** deste Convite, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, com a atual redação;
- b)** Documento com a indicação do(s) outorgante(s) (nome completo, estado civil, número de Cartão de Cidadão e respetiva data de validade), com poderes para representar a sociedade;
- c)** Certidão comercial permanente ou documento equivalente donde constem os poderes de representação conferidos pelo concorrente, incluindo procuração emitida de acordo com as formalidades legais, no caso de esta ter sido emitida;
- d)** Documento comprovativo de registo no RCBE ou o respetivo código de acesso;
- e)** Documento(s) comprovativo(s) de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e) e f) do nº 1 do artigo 55.º do CCP, que se enumeram:

**I.** Certificado de registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da entidade adjudicatária e da própria entidade adjudicatária (pessoa coletiva) ou, na sua falta, documento(s) equivalente(s) emitido(s) pela autoridade judicial ou administrativa competente, do(s) qual(ais) resulte que aqueles requisitos se encontram satisfeitos;

**II.** Certidão da Segurança Social ou respetivos códigos de acesso à internet, comprovativa de que têm a sua situação regularizada, relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

**DIRECÇÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PARTILHADOS**  
**DEPARTAMENTO FINANCEIRO**  
**DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

III. Certidão das Finanças ou respetivos códigos de acesso à internet, comprovativa de que têm a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.

f) Alvará de empreiteiro de obras públicas concedido pelo IMPIC - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção contendo as seguintes habilitações:

- Alvará principal o qual tem de ser de classe que cubra o valor global da proposta:

**Categoria:** 1ª Edifícios e património construído

**Subcategoria:** 4ª Alvenarias, rebocos e assentamento de cantarias

g) Termo de responsabilidade do diretor de obra, de acordo com a Lei nº31/2009, de 3 de julho, indicando a sua qualificação técnica e ainda se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade. Conjuntamente com o termo de responsabilidade deverá ser entregue comprovativo de inscrição válida na respetiva associação pública profissional.

Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos noutra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada. Serão considerados como inexistentes os documentos em língua estrangeira que não sejam acompanhados da respetiva tradução.

**9.2.** Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86º do CCP será concedido um prazo adicional de 2 dias úteis para supressão das mesmas.

## **10. Modo de apresentação e reforço da caução**

Não é exigida a prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88º do CCP, mas será retida uma percentagem de 10% do valor dos pagamentos a efetuar em conformidade com o previsto no n.º 3 do artigo 88.º do mesmo Código.

## **11. Informações diversas**

### **11.1. Entidade adjudicante**

Município de Matosinhos

Av. D. Afonso Henriques

4454-510 MATOSINHOS

Telefone.: 229 390 900

E-mail: [contratacao publica@cm-matosinhos.pt](mailto:contratacao publica@cm-matosinhos.pt)

**DIRECÇÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PARTILHADOS  
DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

URL: <http://www.cm-matosinhos.pt>

**12. Fundamento legal da escolha do procedimento**

A escolha do ajuste direto seguiu o critério do valor definido pela alínea d) do artigo 19º do CCP.

**13. Outros**

Vocabulário Comum para os Contratos Públicos – CPV: 45432000

Em todo o omissso ou em caso de divergência será aplicado o Código dos Contratos Públicos.

**14. Entidade que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada, no uso de delegação de competência, pelo: Exma. Senhora Vereadora Eng<sup>a</sup>. Manuela Álvares, nos termos do Despacho nº 43/2023, de 27 de julho da Exma. Senhora Presidente da Câmara, Dra. Luísa Salgueiro.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe da Divisão de Contratação Pública (\*)

(Maria Alexandra Martins)

(\*) Assinatura no uso de subdelegação de competência, nos termos dos Despachos nº 89/2021, de 26 de outubro, da Exma. Sr.<sup>a</sup> Diretora de Departamento Financeiro.

**DIRECÇÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PARTILHADOS  
DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

**ANEXO I**

**Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup>... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(3)</sup>:

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.



**câmara municipal  
de matosinhos**

**DIRECÇÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PARTILHADOS  
DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura <sup>(4)</sup>].

(<sup>1</sup>) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(<sup>2</sup>) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(<sup>3</sup>) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(<sup>4</sup>) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



**DIRECÇÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PARTILHADOS  
DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

**ANEXO II**

**Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (¹)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (²) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (³)] os documentos comprovativos de que a sua representada (⁴) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (⁵)].

(¹) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(²) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(³) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(⁴) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(⁵) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



**câmara municipal  
de matosinhos**

**DIRECÇÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PARTILHADOS  
DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

**ANEXO III  
MODELO DE INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL**

..... (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), com sede em ....., pessoa coletiva n.º ....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..... sob o n.º ....., com o capital social de ....., obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem a empreitada de (designar a empreitada)....., no prazo previsto no Caderno de Encargos, pelo preço contratual de ..... Euros (..... euros), nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Mais declara que no preço contratual acima indicado estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela, Câmara Municipal de Matosinhos nos termos do disposto na alínea b) do n.º 5 e nº8 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

À quantia supramencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

À presente proposta aplica-se a regra da inversão do sujeito passivo de IVA, ao abrigo da alínea j) do n.º1 do artigo 2º do CIVA, nos trabalhos que se enquadrarem dentro da referida definição.

Data...

Assinatura...